

## IDEOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha\*

Ao iniciar a nossa conversa sobre o instigante tema ideologia, gostaria de afirmar que enquanto houver crítica haverá necessariamente a superação da ideologia. Isto porque, quando o homem questiona o seu mundo, o faz destruindo a matriz em que se sustenta a própria ideologia. Quando a lei, o valor, o poder e o fim se encontram fora do homem, pela crítica e ação estes elementos retornam à sua origem, ao seu fundador, pondo fim ao desejo último da ideologia que é sempre o silêncio.

Começaremos a debulhar nosso assunto, a partir do texto de um dos baluartes da Revolução Francesa.

"Haverá lugares na terra, onde a natureza condenou seus habitantes a nunca gozar a liberdade, nunca exercer sua razão?... Esta diferença de luzes, meios ou riquezas, até hoje observada em todos os povos civilizados entre as diferentes classes que compõem cada um deles; esta desigualdade, que foi aumentada pelos primeiros progressos da sociedade, ou, por assim dizer, foi produzida por eles, é devida à própria civilização, ou às imperfeições atuais da arte social?... os homens se aproximarão deste estado em que todos terão as luzes necessárias para se conduzir segundo sua própria razão nos afazeres comuns da vida, e mantê-la

\* Palestra proferida no I Seminário de Supervisores Educacionais do Estado do Piauí.

isenta de preconceitos, para bem conhecer seus direitos e exercê-los segundo sua opinião e sua consciência; onde todos poderão, pelo desenvolvimento de suas faculdades, obter meios seguros para prover as suas necessidades; onde, enfim, a estupidez e a miséria serão apenas acidentes, e não o estado habitual de uma porção da sociedade? (Condorcet, Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de l'esprit Humain. 1974, ed. Vrin, p. 204-205.)

Este texto nos mostra como a ideologia se revela na própria ação. Põe à tona as contradições do liberalismo. Uma concepção de mundo de uma classe capitalista vitoriosa já não consegue traduzir na prática os interesses da maioria. O texto desnuda o discurso ideológico do liberalismo traduzido no lema: IGUALDADE, FRATERNIDADE e LIBERDADE. Não conseguindo na prática o que apregoa no discurso, o capitalismo busca pelo consenso as dissimulações das contradições. Busca por os homens debaixo de um poder que se torna necessário perenizar. No entanto, a história traz à luz aquilo que se quer ocultar, o que obriga a ideologia a se reinventar, a ir em direção à novas justificativas.

Ideologia, portanto, é ocultação do real, da contradição. Materializa-se em movimentos políticos que comandam as ações, programam uma sociedade e ordena-lhe um fim.<sup>1</sup> Mas ideologia também, é um desocultar do real, ela é e ao mesmo tempo não é, inversão de consciência. É apenas uma inversão de consciência que permanece no plano do imediato, do aparecer social, de ponta cabeça, como diz Marilena Chauí, indo em direção ao plano do mediato, do ser social, nós diríamos de cabeça-ponta, com possibilidade de conscientização e transformação do real através de ações efetivas na realidade social. Neste desocultar então, surge um novo pensamento, uma nova ação que revela a contradição e produz um movimento da história pela superação destas mesmas contradições.

Ao fazermos uma referência ao conceito de ideologia, antes de centrarmos no tema específico que aqui nos trouxe, o fazemos por acharmos que este conceito em Marx é um pouco não compreendido. Para Marx, a ideologia não é um simples tomar de consciência de um conjunto de idéias falsificadoras da realidade. Sendo assim, onde ficará a ação transformadora? Para ele, este conceito é uma dimensão da própria praxis social, e, portanto, um estatuto prático fundamental no desenrolar das lutas sociais.

À vista disto, vamos agora buscar a análise e crítica da escola brasileira e da sociedade brasileira. Centraremos a nossa análise e crítica principalmente nestes últimos anos. Verificaremos que, se a ideologia perpassou os momentos históricos em que se tentou construir uma educação voltada para os interesses das classes dominantes, também a contradição da realidade se fez presente. Ela moveu a realidade histórica. Hoje, nunca como tanto, cresce cada dia a consciência de classe dos trabalhadores brasileiros, e, portanto, dos profissionais da educação também.

Nestes últimos decênios desenvolveram-se bastante, sob o jugo do capital estrangeiro e da grande burguesia nacional as nossas forças produtivas. Desenvolveu-se a força de trabalho, o capital, a tecnologia, o planejamento governamental, a violência estatal e a divisão do trabalho.<sup>2</sup> Ao se transformar este país numa sociedade modernizada, tudo se mercadorizou. Portanto, também a escola. Modernizando-se, nela, quase tudo foi reduzido ao estatuto de coisas-mercadorias: planejamento escolar, currículo, professores e alunos, conteúdos, etc. O tratamento dispensado aos fatos físicos e sociais não se diferem. Tudo é coisificado.

É claro que a ideologia do desenvolvimento e progresso capitalista há muito vinha se gestando no território nacional. Encontrando-se recondita na primeira república, aflora na segunda e se amadurece nos últimos decênios. Uma sociedade com segmen-

tos modernos convivendo com segmentos arcaicos e tradicionais não "não era viável". Era necessário que ela se modernizasse. O desenvolvimento imposto ao Brasil seguiu a trajetória da dependência, tornou-se MODERNIZAÇÃO.

As forças produtivas se desenvolveram e com elas cresceu o capital, mas tal crescimento não se fez sem contradições. Simultaneamente a esse processo agigantou-se as oposições, os conflitos e as contradições da sociedade brasileira. Passou-se de um ESTADO tradicional a um ESTADO forte e funcional, mas tal passagem produziu uma forte luta contra o poder estatal patrocinado pelas classes médias burguesas não participativas do poder e pelas próprias classes subalternas.

O desenvolvimento e o progresso foram impostos ao país. E quando tudo isto aconteceu, mais uma vez o ESTADO autoritário entrou em cena: aliando-se, como antes, ao capital monopolista estrangeiro e à grande burguesia nacional pôs fim à rebeldia das classes sociais dominadas.

O ESTADO brasileiro militar, representante da grande burguesia nacional e do imperialismo norte americano, fez da sua apoteose a espada, da sua conquista a miséria. Da sua fortaleza a fraqueza, a fraqueza de uma sociedade civil, sob o manto de um ESTADO forte e autoritário, que tomava a si os destinos da nação: "É o ESTADO quem diz o que a sociedade pode ou não pode fazer".<sup>3</sup>

Sob o lema, "desenvolvimento com segurança" entramos num período de um ESTADO planejador. E como planejador e instrumento nas mãos do capital, o planejamento do ESTADO vinha sempre acompanhado de idéias de eficácia, racionalidade, produtividade e desempenho, idéias próprias da chamada modernização. Enfim, vinha acompanhado de tudo que o capital poderia fazer para se acumular, extorquindo por um sobretrabalho a população brasileira, deixando nas mãos de seu povo a tarefa de "desenvolver" este país. Livre de suas amarras políticas O ESTADO não só mercantilizou os produtos materiais, mas também

os produtos intelectuais. Mercantilizaram-se as coisas e o homem. A mais valia comandava tudo.

Depois de tantos anos em silêncio, na observação passiva das orgias especulativas do ESTADO, porque pressionada e incapaz de ação, reaparece em cena na sociedade brasileira a classe trabalhadora: os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo realizam na primeira semana de maio de 1978 a primeira greve significativa depois da greve de Osasco em 1968. Diversos setores da sociedade civil contestavam com firmeza o regime DITATORIAL.

A escola brasileira como dimensão desta sociedade seguiu o mesmo caminho. Na época da colônia havia uma escola de "catequese" para os índios e uma escola de preparação para os brancos estudarem em Portugal. Só após a Proclamação da República se tenta implantar um ideário liberal de "uma escola para todos", permanecendo ainda a escola, na prática, apenas para a elite.

A Escola Nova uma proposta de escola para as sociedades que viviam um momento de um capitalismo vitorioso é implantada no Brasil ainda se mantendo uma situação de dependência. Assim foi também, para se manter a dependência que se implantou, após, 1968, a escola nova em sua versão tecnicista. Temos agora, uma escola, numa teoria da escola modernizada, para uma sociedade brasileira modernizada.

Em consonância com o modelo sócio-político-econômico vivemos momentos de uma super-valorização técnica. Às escolas aparentemente renovadas foram dadas um trato psico-técnico-pedagógico. Tecidas por uma racionalidade as estruturas escolares tornaram-se mediadoras de uma prática escolar reacionária: dos alunos à direção da escola, passando pelos professores, supervisores educacionais, orientadores educacionais e administradores escolares, em suas relações extremamente hierarquizadas, formou-se uma "rede de informações" que tinha como fim último dar uma visão precisa e mecânica da escola quanto à sua efi-

ciência e produtividade. Era o modelo de gestão empresarial transposta para a escola. Reproduziam-se, portanto, relações sociais próprias das relações de produção capitalista, utilizando-se das estruturas burocrático-administrativas, como meios legitimadores de um fim maior: a manutenção do sistema sócio-econômico-político vigente.

Na aparência de uma educação renovadora, de cunho tecnicista realizava-se então uma educação, mesclando uma teoria determinista da educação enquanto mecanismo de ajuste social dos indivíduos à sociedade, com uma teoria escolanovista. Praticava-se uma educação liberal, individualista e psicologista, numa escola voltada para dentro dela, com uma visão do aluno indivíduo, da matéria lecionada como um fim em si mesma e do professor isolado no seu saber a ser transmitido.

Concomitantemente a este processo, ocorrem mudanças significativas na política brasileira. O ESTADO passara da "distensão" à "abertura" buscando formas de conciliação, aliança de classes, que tanto caracterizam o poder estatal brasileiro em momentos de crise hegemônica. Mas as classes e facções de classes dominantes, não participativas do bloco do poder e as classes e facções de classes dominadas continuavam sua luta contra este ESTADO. As associações (dentre elas as associações de professores), o sindicalismo e outros organismos da sociedade civil emergem e/ou se fortalecem. Diversos líderes sindicais surgem como resultado de práticas políticas há muito em silêncio, porque reprimidas, no país. É o movimento de luta de classes que reaparece no cenário nacional. A crise da ditadura militar provoca um movimento surpreendente das contradições de classes. Os trabalhadores em educação também se organizam.

Já em 1975, a formação de especialistas da educação-supervisores, orientadores e administradores - não se fazia sem que oposições e conflitos surgissem. O próprio ESTADO percebera isto e tentou harmonizar a situação através dos pareceres 67 e

68/75, e, 70 e 71/76, do MEC, de autoria do professor Valnir Chagas, propondo reforma dos cursos de pedagogia. Os professores protestaram. Se o problema estava em que os especialistas não eram mais funcionais devido ao conflito que a realidade produzia, resolver o conflito propondo a formação do especialista no professor não era a solução. Segundo a professora Maria Helena Café, da FE/UFG, membro do Comitê Nacional Pró Formação do Educador, o problema novamente se focalizava no interior da escola, tentando resolver o mesmo entre quatro paredes. Não sendo aceita a nível nacional pelos educadores a proposta governamental foi sustada. Somente em 1978 o MEC reabre de novo o debate sobre o tema.

Em novembro de 1978, na faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas realiza-se um seminário sobre o tema: A Formação do Educador. Nele a escola como instituição a serviço do capital é criticada. "Ao lado da visão da escola como instituição neutra, centralizada em si mesma e com problemas específicos, a visão de um projeto de escola voltada para um novo projeto de sociedade aparece. A crítica da escola como reprodução social é levantada dentro da visão crítica da sociedade capitalista. Os problemas sociais são tematizados; a educação é analisada como dimensão da sociedade; o trabalho pedagógico é entendido como trabalho político".<sup>4</sup>

Várias Faculdades de Educação de todo o país promovem estudos sobre o assunto. Em julho de 1979 a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás elabora um documento e o envia ao MEC. Nele, ressalta-se a necessidade da democratização da educação, a necessidade do MEC ouvir os profissionais de educação antes de propor reforma dos cursos de pedagogia e critica-se com veemência o tecnicismo existentes.

Em 1980, o problema "Formação do Educador" ganha âmbito nacional. Todas as universidades já debatem o tema. Neste ano também realiza-se em São Paulo a I Conferência Brasileira da Educação. A re-

formulação dos cursos de pedagogia foi uma das temáticas que mais mobilizou os educadores. Como problema fundamental na reconstrução da sociedade brasileira colocava-se a redefinição da formação do educador. Após a I Conferência Brasileira da Educação, Goiânia é escolhida como sede um Comitê Nacional que unisse os educadores brasileiros num movimento de reformulação dos cursos de formação do educador, partindo da base e não do MEC ou de comissões escolhidas por ele.

Numa linha de ação simultânea à nova formação do educador a reivindicação de condições de trabalho aparece. Em novembro de 1979, os trabalhadores da educação realizam a nível nacional sua primeira greve, fruto do fortalecimento das Associações de Docentes das Universidades Federais Autárquicas. As associações de professores de 1º e 2º graus também se fortalecem e realizam greves. Estas associações, juntamente com outras dos diversos segmentos da sociedade civil, colocavam na ordem do dia contestações não só ao nível de temas políticos globais, como também contestações a nível concreto de trabalho. Punham em evidência o autoritarismo disfarçado da divisão do trabalho e o papel importante que essa divisão exercia para o capital. Mostravam as insuficiências do modelo sócio-econômico-político do país e criavam bases para debates nacionais sobre outros modos de gestão de empresas, outros modos de organização dos homens na produção. São os trabalhadores da educação, juntamente com outros trabalhadores dos diversos setores da sociedade civil, que voltam a se manifestar politicamente.

O que dizer do Brasil e da escola brasileira neste momento? A sociedade brasileira se socializou. Socializou-se no sentido de que o desenvolvimento de suas forças produtivas, que tornou o trabalho realmente social, exigiu um coletivo para colocá-las em movimento. Mas tal desenvolvimento, no interior de um modo específico de produção capitalista gerou contradições. Contradições que se tornaram impulsos para a tomada de consciência dos

conflitos desta sociedade e das formas concretas de superá-las. Cresce o número de pessoas que cada dia se tornam menos dispostas a aceitar a exploração. Cresce a própria consciência de classe do trabalhador brasileiro. A classe trabalhadora brasileira ganha, nos dias de hoje, fisionomia nacional.

Hoje, na sociedade brasileira, como na escola brasileira, está em curso movimentos teóricos-práticos de superação histórica dos atuais momentos em que vivemos. Movimentos, que obrigam o ESTADO brasileiro a se reinventar na ideologia - passamos da "DISTENSÃO" à "ABERTURA" ainda com "desenvolvimento e segurança", para a "NOVA REPÚBLICA" já com o lema "justiça e paz social", recentemente traduzido na arte da reinvenção, para "tudo pelo social" e que desaguaram na construção de uma Nova Constituição Brasileira que, por sua vez, redundará, por consequência, na "Nova Lei de Diretrizes e Bases" da educação. E é aí, na nova LDB que nós educadores devemos centrar nossas energias. Ela poderá, apesar do movimento conservador, atualmente presente na Assembléia Constituinte, dar uma nova conformação à educação brasileira.

Finalizando, diríamos a vocês que, o ESTADO brasileiro hoje, tem difundido muito um discurso ideológico: UMA ESCOLA PARA TODOS. Fala-se muito dele para desacreditá-lo. Não podemos e nem devemos permitir que o descrédito aconteça, e isto só será possível quando eliminarmos da nossa prática de educadores o silêncio. Do silêncio se faça o grito. O grito da crítica. A crítica associada à ação daqueles que realmente querem transformar a escola da sociedade brasileira.

## NOTAS

1. Cf. CAFÉ, Maria Helena, Interrogação à "Reprodução de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (Dissertação de mestrado). Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1979.
2. Octávio Ianni em "O Ciclo da Revolução Burguesa", Petrópolis: Vozes, 1984, faz uma análise excelente das produções burguesas no Brasil, especialmente neste século. A sua leitura é importante para se compreender as relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil.
3. Cf. LIMA, Gen. Argus, Artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", em 11.09.76, p. 14 apud IANNI, O. "O Ciclo da Revolução Burguesa", Petrópolis: Vozes, 1984, p. 96.
4. Cf. CAFÉ, Maria Helena. A reformulação do curso de Pedagogia. In: "Revista Inter-Ação", nº 05, Faculdade de Educação, Goiânia, 1º semestre, 1981.

## BIBLIOGRAFIA

- CAFÉ, Maria Helena. Interrogação à "Reprodução" de Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (Dissertação de Mestrado). Brasília: Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 1979.
- IANNI, Octávio; "O Ciclo da Revolução Burguesa". Petrópolis: Vozes, 1984.
- CUNHA, Reinaldo. Mediadores na busca da dimensão política da prática escolar (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, 1986.